

Trabalho apresentado no 16º CBCENF

Título: ANÁLISE CRÍTICA DAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL
Relatoria: DUILIANE COELHO E SILVA
CAMILLA JANNE DA SILVA BERNARDES
Autores: MAURA LEAL COSTA
MAYRA DE ALMEIDA XAVIER
MYCHELANGELA DE ASSIS BRITO
Modalidade: Pôster
Área: Cidadania, alienação e controle social
Tipo: Pesquisa
Resumo:

Um dos melhores indicadores do nível de vida e bem-estar social de uma população é a mortalidade infantil; podendo ser subdividida em duas partes: a neonatal, compreendendo os óbitos ocorridos do nascimento até os 28º dia de vida; e a infantil tardio (ou pós-neonatal), incluindo os óbitos ocorridos do 29º dia de vida até 11 meses e 29 dias de idade. A mortalidade neonatal está diretamente relacionada à assistência à saúde recebida pelas crianças e mães, principalmente, aos serviços proporcionados no pré-natal, parto e ao recém-nascido. Portanto sua redução torna-se mais difícil, e a prevenção envolve investimentos em serviços hospitalares de tecnologia mais complexa. Esta pesquisa objetivou demonstrar a tendência das diferentes taxas de mortalidade infantil no Brasil. Trata-se de um estudo descritivo e documental. A pesquisa foi realizada nos arquivos dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como descritores em ciência em saúde (DeCS): “mortalidade infantil”, “criança” e “Brasil”. Na década de 1980, a mortalidade infantil era de 69,1 por mil nascidos vivos (NV), decrescendo bruscamente para 48/1.000 NV em 1990, decaindo para 29,6/1.000 NV no ano 2000 e alcançando 15,6/1.000 NV no Censo 2010. Quanto às diferenças regionais, no ano 2000, apenas o Nordeste teve índices maiores (44,2/1.000 NV) que a taxa nacional (29,6/1.000 NV); quadro que se modificou em 2010, onde a região Norte também ficou acima da média brasileira. O Sul sempre guardou os menores números de mortalidade infantil e, o Nordeste, os maiores. O declínio observado para taxa de mortalidade no Brasil desde 1980, durante todos os censos até o último, de 2010, parece estar fortemente ligado ao modelo de intervenção na área das políticas públicas, em especial na área da saúde preventiva. Aos quais podemos citar a ampliação dos programas de saúde materno-infantil, sobretudo os voltados para o pré-natal, parto e puerpério, as campanhas de vacinação, os programas de aleitamento materno, entre outros. Ressaltando-se assistência de saúde curativa com a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares em áreas do País, e as grandes mudanças nos padrões reprodutivos, com quedas acentuadas nos níveis de fecundidade. A enfermagem está sempre ligada a essas práticas já que participa ativamente nesses campos da saúde, como facilitador de conhecimento e operador de uma assistência adequada, portanto é de extrema importância a busca pela constante qualificação.